

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o excerto abaixo para responder às questões 1 a 5:

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou que o município suspenda o Edital de Chamamento Público n. *****, cujo objeto é firmar contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento Municipal, no valor estimado de R\$ *****. O contrato incluiria supervisão técnica, gestão, execução e gerenciamento das unidades.

Na Decisão Singular, publicada no Diário Oficial, o relator do processo aponta inconsistências no edital quanto ao procedimento de qualificação das entidades e os estudos prévios que fundamentam as metas estabelecidas para o contrato. A decisão ressalta ainda a necessidade de realização de melhorias estruturais no documento, com o objetivo de selecionar organização social que atue na área de saúde no município e que seja qualificada.

A deliberação aponta que no edital não há informações suficientes que justifiquem a necessidade de realização de obra na estrutura das unidades de saúde. Também não constam dados como o volume real de atendimentos terapêuticos e de procedimentos cirúrgicos a serem contratados, o que pode resultar no mau uso de recursos públicos.

O relator determinou que, num prazo de 10 dias, a Secretaria Municipal de Saúde deve encaminhar ao TCE/SC estudo sobre a vantajosidade da iniciativa, o procedimento de qualificação das organizações sociais, a previsão de obra e a quantificação dos serviços de saúde.

Fonte: <https://www.tcesc.tc.br/tcesc-determina-suspensao-de-edital-para-gestao-de-unidades-de-saude-em-municipio-do-litoral-norte>. Acesso em: 03 abr. 2025.

Questões	Verdadeiro	Falso
1 Na oração “O contrato incluiria supervisão técnica, gestão, execução e gerenciamento das unidades”, o modo do verbo utilizado dá a ideia de certeza, fato.		
2 Os vocábulos “técnica” e “saúde” não pertencem à mesma regra de acentuação gráfica.		
3 Na oração “O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou que o município suspenda o Edital de Chamamento Público n. *****, cujo objeto é firmar contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento Municipal”, é correto afirmar que o pronome relativo “cujo” está concordando em gênero e número com “objeto”.		
4 No texto, onde se lê: “A deliberação aponta que no edital não há informações suficientes que justifiquem a necessidade de realização de obra na estrutura das unidades de saúde. Também não constam dados como o volume real de atendimentos terapêuticos e de procedimentos cirúrgicos a serem contratados, o que pode resultar no mau uso de recursos públicos.”, é correto afirmar que há uma justificativa para a falta de ação do Tribunal de Contas no processo.		

5 De acordo com as informações do texto, o edital não estava de acordo com as necessidades da unidade de saúde e, por isso, não conseguiu liberação para realizar a obra.		
---	--	--

Leia o excerto abaixo para responder às questões 6 e 7:

Ofício Circular n.º 000442017/CN-CNMP

Brasília-DF, 4 de julho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor

Axxxxxx Pxxxxx Mxxxxx Fxxxxx

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Rondônia

Ministério Público do Estado de Rondônia

Assunto: **Encaminha Carta de Brasília.**

Senhor Procurador-Geral de Justiça,

Considerando a necessidade de fomentar a atuação proativa e resolutiva do Ministério Público brasileiro e modernizar o controle da atividade extra-jurisdicional por parte das Corregedorias do Ministério Público, encaminho-lhe a Carta de Brasília, aprovada no 7º Congresso de Gestão do CNMP, em 22 de setembro de 2016.

Na oportunidade, solicito que a referida Carta seja amplamente divulgada a todos os membros e servidores e sirva como parâmetro para a atuação funcional dos Membros da Unidade e como parâmetro para a Administração Superior, as Corregedorias locais e as Chefias das Unidades, quanto à adoção de suas diretrizes.

Atenciosamente,

Fonte: https://www.academia.edu/37027703/Carta_de_Bras%C3%ADlia (adaptado). Acesso em 31 mar. 2025.

Questões	Verdadeiro	Falso
6 No sintagma nominal “controle da atividade extra-jurisdicional”, a palavra “extra-jurisdicional” está grafada corretamente, de acordo com o Acordo ortográfico de Língua Portuguesa de 2009.		
7 Na sentença 'encaminho-lhe a Carta de Brasília', o pronome 'lhe' está corretamente empregado como objeto indireto do verbo 'encaminhar'.		

Leia o excerto abaixo para responder às questões 8 a 10:

Tratam os autos do processo de Inspeção, instaurado para apuração de supostas irregularidades relativas ao atraso no envio de balancetes e à ausência de prestação de contas referentes a despesas diversas realizadas pela Prefeitura Municipal de *****, originado nos autos apartados do Processo n. REP **/*****.

As irregularidades averiguadas abrangem, especialmente, o atraso no envio dos balancetes do exercício de 2016 à Câmara Municipal, a ausência de prestação de contas de reformas escolares, a aquisição injustificada de pneus e de combustíveis, a má qualidade na merenda escolar e a aquisição de tubos destinados à implementação de saneamento básico sem a execução efetiva da obra.

Questões	Verdadeiro	Falso
----------	------------	-------

8 Analisando o segundo parágrafo do texto lido, é correto afirmar que o termo "abrangem" está conjugado na primeira pessoa do plural.		
9 No trecho "[...] o atraso no envio dos balancetes do exercício de 2016 à Câmara Municipal [...]", há o uso adequado do acento indicativo de crase.		
10 No trecho "As irregularidades averiguadas abrangem, especialmente, o atraso no envio dos balancetes [...]", é possível inferir que a única irregularidade abordada no texto é o atraso no envio de balancetes.		
CONTROLE EXTERNO		
Questões	Verdadeiro	Falso
11 Conforme previsto na Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.		
As questões 12 a 15 devem ser respondidas com base na Resolução N. TC-06/2001 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) e suas alterações.		
12 O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Santa Catarina sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A jurisdição do Tribunal abrange qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.		
13 Ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma da legislação vigente, em especial da sua Lei Orgânica, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.		
14 Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado. A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, relacionar-se a um objeto determinado e a uma situação-		

problema específica, estar acompanhada de indícios, de evidências ou de elementos de convicção razoáveis quanto à presença das possíveis irregularidades noticiadas e que justifiquem o início da atividade fiscalizatória, bem como conter o nome legível do denunciante, sua qualificação, até mesmo o seu endereço e a sua assinatura.		
15 Em todas as etapas do processo de julgamento de contas, de apreciação de atos sujeitos a registro e de fiscalização de atos e contratos será assegurada aos responsáveis ou interessados ampla defesa. Das deliberações do Tribunal de Contas proferidas no julgamento de prestação ou tomada de contas, tomada de contas especial, na fiscalização de atos administrativos, inclusive contratos e atos sujeitos a registro, cabem recursos de Reconsideração, de Embargos de Declaração, de Reexame e Agravo.		

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENFERMAGEM		
Questões	Verdadeiro	Falso
16 Nos termos da Lei Federal n.º 8080/90, a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades curativas é um dos objetivos do Sistema único de Saúde (SUS).		
17 A promulgação da Lei Federal n.º 8080/90 é um marco histórico em nosso país, pois, a partir dessa data, todos passaram a ter o direito ao Sistema único de Saúde, de maneira universal, igualitária e equânime. A saúde é um direito fundamental do ser humano, podendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.		
18 Segundo a Lei Federal n.º 8080/90, no que se refere aos serviços privados de assistência à saúde, é permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos casos de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.		
19 A Lei Federal n.º 8080/90, de 19 de setembro de 1990, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, é a principal norma que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. O orçamento da seguridade social destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a receita estimada, os recursos necessários à realização de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da		

Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.		
20 Nos termos da Lei Federal n.º 8142/90, a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada três anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.		
21 A Lei Federal n.º 8142/90 estabelece que o Conselho de Saúde é uma instância colegiada, tendo caráter transitório e deliberativo, sendo um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários que atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.		
22 A Portaria n.º 2.436, de 21 de setembro de 2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No que se refere à composição mínima para implementação de uma equipe de Saúde da Família é obrigatório prever os seguintes profissionais: médico, enfermeiro, dentista, técnico de enfermagem, agente de combate a endemias.		
23 De acordo com a Portaria de Consolidação n.º 1/2017 do Ministério da Saúde, é direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação, em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe, identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas.		
24 O Decreto n.º 1.651, de 28 de setembro de 1995, discorre sobre o Sistema Nacional de Auditoria (SNA) no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com essa resolução, o Sistema Nacional é organizado junto à direção do Sistema Único de Saúde - SUS, em todos os níveis de governo, sem		

prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo.		
25 Nos termos da Portaria n.º 4.279/2010, as Redes de Atenção à Saúde (RAS) têm como objetivo promover a integração sistêmica de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementar o desempenho do Sistema, em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária; e eficiência econômica.		
26 O Boletim de produção Ambulatorial (BPA) é uma autorização para procedimento de alta complexidade. O BPA tem como objetivo aprimorar a gestão de informações na Atenção Primária à Saúde.		
27 O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), criado pelo Ministério da Saúde, é um sistema de informações que registra todos os estabelecimentos de saúde do Brasil, sendo obrigatório para todos os estabelecimentos de saúde, tanto no âmbito público como privado.		
28 TABWIN é uma ferramenta desenvolvida pelo DATASUS para tabulação e análise de dados que permite gerar relatórios e dados estatísticos a partir de bancos de dados. É amplamente utilizado para monitoramento de indicadores de saúde para análise da produção ambulatorial.		
29 Tendo em vista que a Saúde constitui um direito universal e igualitário, a portaria de consolidação n.º 1/2017 afirma que em caso de risco de vida ou lesão grave deverá ser assegurada a remoção do usuário em tempo hábil e em condições seguras para um serviço de saúde com capacidade para resolver seu tipo de Problema.		
30 A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Nesse sentido, a Lei Federal n.º 8080/90 dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas educacionais e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.		